



## UMA VISÃO UTILITARISTA SOBRE A ÉTICA AMBIENTAL

Guilherme Brambatti Guzzo\*

O impacto causado pelos seres humanos ao planeta, nas palavras de Moran (2008), é um evento sem precedente. Na história humana, não há registro de crise ambiental de causa antrópica cuja magnitude seja semelhante a da que vem se desenvolvendo nas últimas décadas, apesar de suas origens ainda serem motivo de discussão: segundo Moran (2008), os seres humanos têm impactado o ambiente desde antes do advento da agricultura. De fato, afirma o autor, os hominídeos, incluindo as espécies que nos antecederam, alteram a natureza desde que começaram a caminhar pela Terra. Serres (2011) apresenta ideias semelhantes ao afirmar que a história humana se confunde com a da degradação da natureza, sendo a poluição a marca registrada da passagem e do domínio humanos no planeta.

Segundo Singer (2002a), a tradição ocidental, especialmente a hebraica e a grega, trata os seres humanos como o centro do universo moral, e nessas sociedades desenvolveu-se a ideia de que o mundo natural existe para o benefício dos seres humanos. O autor ressalta que a tradição ocidental dominante não exclui totalmente o cuidado com a natureza, mas geralmente o associa ao bem-estar humano, o que significa que mesmo a preocupação com a conservação do ambiente tem nos benefícios humanos o seu maior e mais importante objetivo.

Outra ideia apresentada para explicar as origens da crise ambiental contemporânea é a de Grün (2002). Segundo o autor, a ciência cartesiana, objetiva e dualista, foi a responsável pela legitimação do sentimento de dominação da natureza pelos humanos. A ciência cartesiana, no entender de Grün, trata de seus objetos de estudo com uma perspectiva externa e distante: o ser humano, para estudar a natureza, não pode mais fazer parte dela. Cria-se uma visão de mundo que opõe os seres humanos aos demais componentes do mundo natural, que passam a ser explorados por nossa espécie.

Segundo Grün (2002), é impossível considerar seriamente uma educação ambiental efetiva ou um agir eticamente aceitável com relação à natureza se não abandonarmos o viés cartesiano de nossa visão de mundo. Essa ideia sugere que uma abordagem ética

---

\* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática - ULBRA



antropocêntrica, preocupada somente com os interesses humanos, não será capaz de criar cidadãos cujas ações sejam ambientalmente responsáveis.

O utilitarismo de Singer (2002a) considera difícil estabelecer uma ética que abranja interesses que não sejam os de organismos sencientes. Assim, de acordo com uma análise ética utilitarista, o paradigma antropocêntrico poderia ser modificado para uma abordagem ética que considerasse também a maior parte das espécies animais, mas nela não estariam incluídas as plantas, bactérias e outros organismos que não possuem um sistema nervoso ou em que o sistema nervoso não é complexo o suficiente para que seus possuidores sejam sensíveis à dor.

O presente artigo apresenta as ideias de Grün a respeito da crise ambiental instaurada a partir da ciência cartesiana, e as críticas do autor à ética antropocêntrica derivada desse paradigma. Discute-se, a partir disso, a visão utilitarista de Peter Singer sobre a possibilidade do desenvolvimento de uma ética ambiental que envolva a consideração dos interesses dos seres sencientes, e que, a partir deles, se possa estabelecer critérios para a conservação de todos os componentes dos ecossistemas.

## **1 O dualismo cartesiano na origem da crise ambiental**

A partir da década de 1970 do século passado, o mundo assistiu a intensos esforços na elaboração de tratados, programas e conferências que enfatizassem a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento da educação ambiental. Foram realizadas, por exemplo, a “Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente”, em Estocolmo, em 1972, a “Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental” realizada em 1977 em Tblisi, na Geórgia e, em 1983, em assembléia geral da ONU, foi criada a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que teve como consequência a elaboração do relatório Brundtland (1987), documento no qual foi apresentado o conceito de desenvolvimento sustentável (GRÜN, 2002).

No Brasil, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Eco-92, realizada no Rio de Janeiro com a participação de políticos, cientistas e ativistas de todo o mundo, foi o evento que expandiu as discussões sobre o meio ambiente em nosso país (GRÜN, 2002). Ao final da década de 1990 – em 1997 –, a educação



ambiental foi incluída nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) como um tema transversal em todas as disciplinas do Ensino Fundamental (BRASIL 1997; 1998), incorporando-se, a partir de então, ao dia-a-dia das escolas, mesmo que os objetivos propostos pelos PCNs ainda não tenham sido plenamente atingidos nas instituições brasileiras de ensino básico (OLIVEIRA, 2007).

Apesar dos esforços em tornar as discussões sobre as questões ambientais mais próximas da vida cotidiana do aluno e da sociedade, alguns fatores dificultam o entendimento dos problemas socioambientais e, mesmo quando há uma aparente compreensão deles, impedem a necessária mudança de comportamento dos indivíduos com relação ao meio em que vivem. A falta de preocupação com o meio ambiente não deriva, em muitos casos, de pessoas com valores e atitudes contrários à conservação da natureza, argumenta Moran (2010). Ao invés disso, determinados mecanismos psicológicos, como a dissonância cognitiva, podem fazer com que certas pessoas não ajam de acordo com as informações que possuem a respeito da natureza (MORAN, 2010). Segundo a teoria da dissonância cognitiva, as pessoas tendem a mudar suas atitudes para reduzir o nível de desconforto criado pela inconsistência entre suas ideias e seu comportamento (GRIGGS, 2009). Babcock (2009), afirma que a dissonância cognitiva pode fazer com que algumas pessoas culpem as grandes empresas como sendo as únicas fontes de poluição, subestimando ou desconsiderando o papel de cada indivíduo na produção de poluentes domésticos, e evitando pensar sobre os efeitos de seu comportamento no ambiente. Além de afetar o entendimento a respeito da fonte da poluição, a dissonância cognitiva também pode fazer com que o indivíduo não avalie corretamente o dano causado pela emissão de poluentes a partir de sua própria casa (BABCOCK, 2009).

Grün (2002) sugere que a crise socioambiental contemporânea está ligada diretamente à origem da ciência cartesiana e de sua maneira de estudar a natureza, e aponta outro caminho para explicar a falta de sensibilidade humana aos problemas ambientais. Para o autor (2002), a ausência de ação humana significativa, e o não-entendimento da relevância das questões socioambientais decorrem, principalmente, de uma visão histórica que opõe os seres humanos à natureza. A ética antropocêntrica, afirma Grün (2002) foi criada e consolidada a partir das ideias de pensadores que viveram entre os séculos XV e XVIII, e que viam na natureza um mero objeto de estudo, passível de intervenção e subordinação aos interesses humanos.



Perdiam-se, assim, parte da sensibilidade estética com o mundo natural, e também os valores e uma visão ética que considerassem interesses que não apenas os dos seres humanos. O novo mundo da ciência, argumenta Grün (2002), não se preocupava com a sensibilidade, pois o objeto de estudo deveria perder suas qualidades para que pudesse ser investigado. Para investigar e intervir na natureza, o homem se põe fora dela, como um sujeito à parte. A natureza é objetificada, o que implica, além de uma relação de domínio e de posse, em um sentimento de perda e afastamento dos seres humanos da natureza (GRÜN, 2002).

A educação contemporânea, no entender de Grün (2002), ainda está atrelada às ideias dicotômicas que separam seres humanos e natureza. De acordo com o autor, a ética antropocêntrica influencia a educação a ponto de constituir um ideal educacional. Quando a educação se centra apenas nos indivíduos e em sua aprendizagem, tudo se passa nas escolas como se não houvesse natureza. A tarefa da educação ambiental, assim, é criticar e discutir a visão antropocêntrica que considera a natureza como um objeto, e também recuperar saberes que possam desenvolver uma sociedade ecologicamente mais responsável e sustentável (GRÜN, 2002).

Para Grün (2002), é impossível pensar em educação ambiental dentro de um paradigma cartesiano que transmita uma visão ética centrada nos interesses humanos. A objetificação da natureza implica em um afastamento dela por parte dos seres humanos, e uma diminuição de seu valor. A educação, então, deve atuar como um mecanismo que possibilite a incorporação do ser humano à natureza, discutindo os efeitos que a visão antropocêntrica tem causado no planeta.

## **2 A construção de uma ética ambiental a partir do utilitarismo de Singer**

Apesar de uma ética antropocêntrica ser tida como indesejável, uma ética biocêntrica, afirma Singer (2002a), é considerada difícil de ser defendida logicamente a partir de diversos enfoques filosóficos, entre os quais o utilitarismo adotado pelo autor.

O utilitarismo é uma corrente de pensamento ético desenvolvida pelos filósofos britânicos Jeremy Bentham e John Stuart Mill entre os séculos XVIII e XIX, e cuja ideia central envolve o princípio de utilidade: uma ação moralmente aceitável é aquela que proporciona a maior felicidade para o maior número de indivíduos. Assim, uma ação moral



não pode ser avaliada por si só ou pelas intenções de quem a executa, mas a partir de suas consequências (ABBAGNANO, 2000; PIGLIUCCI, 2012).

De acordo com Pigliucci (2012), uma versão “negativa” do utilitarismo tem sido discutida pelo filósofo australiano Peter Singer. O utilitarismo “negativo”, além de enfatizar a importância da ideia básica da “maior felicidade para o maior número de indivíduos”, também se preocupa com a redução do sofrimento. Assim, considera-se uma boa ação aquela cujos resultados envolvam a maximização da felicidade e a diminuição do sofrimento dos indivíduos envolvidos nela. Singer (2002b) considera que um balanço entre a sensação de felicidade e a não-exposição ao sofrimento é o ideal a ser atingido por qualquer ação moral. Nas palavras do autor (2002b, p. 36):

O modo de pensar que descrevi é uma forma de utilitarismo; distingue-se do utilitarismo clássico quando o termo “melhores consequências” é entendido como aquilo que, no cálculo geral, defende os interesses dos atingidos, e não como aquilo que meramente aumenta o prazer e reduz o sofrimento.

A ideia de uma ética baseada na consideração dos interesses dos indivíduos significa que ações morais devem ter como seus recipientes organismos sencientes, ou seja, aqueles capazes de experimentar sensações como o prazer e a dor. De acordo com Singer (2004), um indivíduo só terá interesses se for capaz de sofrer, considerando que o sofrimento causado a ele é algo indesejável. A ideia de que a capacidade para sofrer deva ser o ponto central para uma ética baseada na consideração de interesses remonta ao pensamento de Bentham (apud SINGER, 2004), que argumentava não haver razão para que seres sencientes, como animais não-humanos, pudessem ser tratados de maneira cruel. “A questão não é ‘Eles são capazes de raciocinar?’, nem ‘São capazes de falar?’, mas sim: ‘Eles são capazes de sofrer?’”, escreveu Bentham (apud SINGER, 2004, p. 09), sentenciando que a capacidade de sofrimento deveria ser o fator primordial para que um indivíduo pudesse ser considerado um recipiente de ação moral.

Singer (2004, p 09) explicita a ideia de Bentham:

Ao afirmar que devemos considerar os interesses de todos os seres com capacidade de sofrer ou sentir prazer, Bentham não deixa arbitrariamente de admitir a consideração de quaisquer interesses – como o fazem os que traçam a linha por referência à posse de razão ou linguagem. A capacidade de sofrer e de sentir prazer é um *pré-requisito para se ter algum interesse*, uma condição que precisa ser



satisfeita antes que possamos falar de interesse de maneira compreensível. Seria um contra-senso afirmar que não é do interesse de uma pedra ser chutada na estrada por um menino de escola. Uma pedra não tem interesses porque não sofre. Nada que lhe possamos fazer fará qualquer diferença para o seu bem-estar. A capacidade de sofrer e de sentir prazer, entretanto, não apenas é necessária, mas também suficiente para que possamos assegurar que um ser possui interesses – no mínimo, o interesse de não sofrer. Um camundongo, por exemplo, tem interesse em não ser chutado na estrada, pois, se isso acontecer, sofrerá.

A ética utilitarista de Singer aplica-se, basicamente, a seres sencientes, ou seja, seres que têm interesse em não sofrer. Desse modo, o círculo de consideração moral, para um utilitarista, vai além dos interesses humanos e, por isso, rejeita a abordagem essencialmente antropocêntrica que é criticada nos escritos de Grün (2002).

Singer (2002a), no entanto, admite que é difícil elaborar uma ética que considere possíveis interesses de seres vivos não-sencientes como as plantas. A ética discutida por Singer enfatiza que é necessário preservar os recursos naturais pelo fato de eles serem necessários para a vida dos animais sencientes, inclusive a dos humanos. A preservação de uma árvore centenária, por exemplo, poderia ser feita devido ao critério humano de respeito e valorização à história do indivíduo e à história da floresta, mas é difícil conceber que a árvore perderia algo, ou sofreria, se fosse derrubada. O sofrimento e a morte de um animal, por outro lado, trariam consequências aos interesses do indivíduo. Singer (2002a, p. 292) escreve a respeito das diferenças entre a consideração de interesses de organismos sencientes e dos não-sencientes:

Levar uma ética além dos seres sencientes, e fazê-la plausivelmente, é uma tarefa difícil. Uma ética que tenha por base os interesses de criaturas sencientes parte de premissas bem conhecidas. As criaturas sencientes têm vontades e desejos. A pergunta “como deve ser o afogamento de um gambá?” pelo menos faz sentido, ainda que, para nós, seja impossível dar uma resposta mais precisa do que “deve ser horrível”. Ao chegarmos às decisões morais que afetam criaturas sencientes, podemos tentar acrescentar os efeitos exercidos por diferentes ações sobre todas as criaturas sencientes afetadas pelas ações alternativas abertas a nós. Isso nos dará, pelo menos, uma tosca orientação com relação àquilo que talvez fosse a coisa certa a fazer. Mas não há *nada* que corresponda ao que deve ser uma árvore morrendo porque suas raízes foram inundadas. Ao abandonarmos os interesses de criaturas sencientes como nossa fonte de valor, onde encontraremos valor? O que é bom ou mau para as criaturas não-sencientes, e porque isso tem importância?



### 3 A possibilidade de uma ética biocêntrica a partir da consideração dos interesses dos seres sencientes

A ideia de que é difícil estabelecer uma ética baseada em seres não-sencientes é considerada difícil mesmo para filósofos de correntes de pensamento distintas do utilitarismo de Singer. McGinn (1992) sustenta que, para que se saiba se uma ação é moralmente correta ou não, deve-se considerar quais são as consequências diretas da ação para quem a recebe. “Você tem que considerar como *ele/ela* se sente, as consequências de sua ação *nele/nela*”, escreve McGinn (1992, p.19), sustentando uma ideia semelhante à de Singer: é necessário que um indivíduo seja senciente para possuir interesses a serem considerados e respeitados por outros indivíduos, e o mais basal deles é a capacidade de sofrer.

Apesar disso, McGinn (1992) e Singer (2002a) consideram que é possível defender a conservação de recursos naturais de modo eficiente através de uma ética centrada nos interesses de seres sencientes. De fato, é impossível defender os interesses de qualquer espécie animal sem se preocupar com seu hábitat e os recursos alimentares de que ela necessita. De acordo com McGinn (1992), “nós deveríamos salvar o meio ambiente para nós mesmos e para os outros animais que têm que viver nele – e que não têm responsabilidade em sua destruição”. Singer (2002a) argumenta de forma parecida, ao afirmar que a defesa para a conservação de uma floresta milenar deve residir, especialmente, na consideração dos interesses dos animais que nela residem em não sofrer e não morrer pela perda de seu hábitat, e no interesse humano de manter os recursos naturais da floresta para as futuras gerações, mesmo que seja para o bem-estar psicológico delas que pode advir da contemplação ou de caminhadas pela mata.

#### Considerações finais

Grün (2002) afirma que a origem da crise socioambiental atual pode ser entendida a partir da ruptura do ser humano com a natureza, e o subsequente estabelecimento de uma ética antropocêntrica que se assenta na ideia de que os interesses e propósitos humanos têm maior importância sobre os de qualquer outra espécie viva. Segundo Grün, é muito difícil reverter a má relação da espécie humana com o ambiente e os danos provocados por ela na natureza sem



que exista uma mudança de paradigma ético, preferencialmente com a adoção de uma visão biocêntrica quando se pensa nos resultados das ações humanas sobre o restante do mundo natural.

Uma ética essencialmente biocêntrica, que considere igualmente os interesses de seres sencientes e não-sencientes é difícil de ser estabelecida racionalmente, escreve Singer (2002a). O fato de algum organismo ser senciente e, conseqüentemente, ser capaz de sentir felicidade em algum grau, ou de sofrer, deve ser levado em conta para o estabelecimento de uma visão ética centrada em seres sencientes, humanos e não-humanos, mas que exclui organismos como os vegetais, pelo menos diretamente.

A adoção de uma ética centrada nos interesses dos seres sencientes é plenamente compatível com a preservação de florestas, rios e quaisquer outros ecossistemas. Assim, a abrangência da consideração moral humana se expandiria da mesma maneira que na metáfora proposta por Singer (2011), atingindo animais não-humanos e preservando outros organismos não-sencientes. Escrevendo sobre os motivos pelos quais devemos lutar pela conservação de uma floresta, Singer (2002b, p. 136) concluiu:

Se a base filosófica para uma ética da ecologia profunda é difícil de ser sustentada, isso não significa que o argumento em favor da preservação da floresta não seja forte. Tudo o que significa é que um tipo de argumento – o argumento que afirma o valor intrínseco das plantas, das espécies ou dos ecossistemas é, na melhor hipótese, problemático. Pisaremos terreno mais seguro se nos limitarmos à argumentação fundamentada nos interesses das criaturas sencientes, presentes e futuras, humanas e não-humanas. Na minha opinião, os argumentos que têm por base os interesses dos seres humanos presentes e futuros, e os interesses dos não-humanos sencientes que habitam a floresta são suficientes para mostrar que, pelo menos numa sociedade onde ninguém precisa destruir a floresta para sobreviver, o valor da preservação do que resta das áreas significativas da mata ultrapassa em muito o valor que se ganha em troca de sua destruição.

## Referências bibliográficas

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BABCOCK, H. M. Assuming personal responsibility for improving the environment: moving toward a new environmental norm. **Harvard Environmental Law Review**, v. 33, n. 1, p. 117-175, 2009.



BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais (1ª a 4ª séries)**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais (5ª a 8ª séries)**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

GRIGGS, R. A. **Psicologia: uma abordagem concisa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GRÜN, M. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. Campinas: Papirus, 2002.

McGINN, C. **Moral literacy or how to do the right thing**. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1992.

MORAN, E. F. **Nós e a natureza: uma introdução às relações homem-ambiente**. São Paulo: Editora Senac, 2008.

MORAN, E. F. **Environmental social science: human-environment interactions and sustainability**. Chichester: Wiley-Blackwell, 2010.

PIGLIUCCI, M. **Answers for Aristotle: how science and philosophy can lead us to a more meaningful life**. Nova York: Basic Books, 2012.

SAYLAN, C., BLUMSTEIN, D. T. **The failure of environmental education (and how we can fix it)**. Berkeley: University of California Press, 2011.

SERRES, M. **O mal limpo: poluir para se apropriar?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SINGER, P. **Ética prática**. São Paulo: Martins Fontes, 2002a.

SINGER, P. **Vida ética: os melhores ensaios do mais polêmico filósofo da atualidade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002b.



SINGER, P. **Libertação animal**. Porto Alegre: Lugano, 2004.

SINGER, P. **The expanding circle**: ethics, evolution, and moral progress. Princeton: Princeton University Press, 2011.